ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA N.º 02, REALIZADA EM 27 DE JANEIRO DE 1993.

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro, do ano de mil novecentos e noventa e três, às dezenove horas, reuniu-se extraordinariamente, em sua sede, o Poder Legislativo, sob a Presidência do vereador Roque Danilo Exner, estando ainda presentes os seguintes edis: Renato Jose Schneider, Arlindo Vogel, José Führ, Agenor Eloir Schmidt, Francisco Exner, Joao Adelmo Welter, Mauro Moacir Diefenbach e Carlos Henrique Schaeffer. Faço saber que a reunião extraordinária marcada para o dia vinte e um de janeiro, às dezenove horas e trinta minutos, foi adiada para o dia vinte e sete de janeiro, às dezenove horas, devido ao falecimento da irmã do vereador Francisco Exner. O Presidente declarou aberta a reunião e solicitou ao Secretário a procedência da leitura do ofício n.º 39/Gab/93, no qual o Poder Executivo comunica a retirada dos Projetos de Lei n.º 16/93 e n.º 17/93 e envia seus substitutivos conforme segue; Projeto de Lei n.º 18 / Gab/93, que aumenta o número de cargos de Monitora, P3 - 44 horas semanais, e de outras providências. Projeto de Lei n.º 19/Gab/93, que autoriza a contratação temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências. O vereador Arlindo Vogel disse que na Reunião anterior foi criticado por não votar o Projeto n.º 16/93, do qual era relator, mas que agora estava comprovado que ele estava certo. Já que não era legal a criação do cargo de Auxiliar de Secretaria da Câmara através de Projeto de Lei.

ORDEM DO DIA: Estavam em pauta os seguintes Projetos de Lei e Decretos Legislativos: Projetos de Lei n.º 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19/93 e os decretos n.º 01/93 e 02/93. Projeto de Lei n.º 11/93, que estabelece as datas e a forma de pagamento dos salários e vantagens dos servidores públicos Municipais. Como relator foi indicado o vereador Agenor Eloir Schmidt que se pronunciou favorável ao Projeto, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Projeto de lei n.º 12/93, que, estabelece o estatuto e o plano de carreira do magistério público municipal, e de outras providências. Foi nomeado relator do Projeto o vereador José Führ, o qual se manifestou favorável. Sendo projeto aprovado por unanimidade. Projeto de Lei n.º 13 /93, que instituiu o quadro do Magistério Municipal, estabelecendo respectivo modelo de pagamento de outras providências. Como relator do Projeto nomeado, pelo indicador de relator, vereador Mauro M. Diefenbach que indicou o vereador Francisco Exner que se manifestou favorável ao Projeto. Sendo, o projeto aprovado por unanimidade. Projeto de Lei n.º 14/93 que autoriza o Poder Executivo a celebrar contratos de locação para funcionamento de órgãos municipais, Estaduais e/ou Federais, e dá outras providências. Foi nomeado o relator do Projeto o Vereador José Führ, que se manifestou favorável ao Projeto. Sendo o projeto aprovado por sete (7) votos. Se absteve de votar o Vereador Arlindo Vogel, alegando que não seria necessário constar no Projeto, a contratação de órgãos federais, pois que não estava sendo mencionado nenhum no mesmo. O Presidente disse que certamente constava, por talvez no futuro serem feitos contratos de locação de órgãos Federais. Mas o Vereador Arlindo disse que tal não era possível, pois que estavam sendo especificados os órgãos com os quais seriam firmados os contratos. Disse também que estava sendo votado algo que não se sabia bem ao certo o que era, pois que não constavam valores e nem de que forma seriam firmados os contratos. Projeto de Lei n.º 15/93, que autoriza o Poder Executivo a custear despesas com equipe de trabalho da Secretaria do Planejamento Territorial e Obras do Estado, e de outras providências. Como relator de Projeto foi indicado o vereador José Führ que se pronunciou a favor do Projeto. Sendo o mesmo aprovado por sete (7) votos, se abstendo de votar o vereador, Arlindo Vogel. Que alegou ter dúvidas em relação ao pagamento pela Prefeitura, das despesas com alimentação dos operadores das máquinas que perfuram os poços. O vereador disse que ele não achava certo a Prefeitura pagar as despesas dos operadores, enquanto que certamente eles estavam recebendo diárias do Estado. O vereador Mauro Moacir Diefenbach perguntou ao vereador Arlindo: e se eles fossem embora? Certamente tão cedo não se conseguiria de novo o maquinário para perfurar os poços. E provavelmente era uma das exigências do Estado, o sustento dos operadores. O vereador Arlindo disse que não era contra o Projeto, mas sim, contra o pagamento das despesas com alimentação dos operadores. Projeto de Lei n.º 18/93, que aumenta o número de cargos de Monitora, para 44 horas semanais e de outras providências. Como relator do Projeto foi indicado o vereador Arlindo Vogel que se absteve de votar. Sendo o Projeto aprovado por sete (7) votos, pois os demais vereadores estavam a favor. O vereador Arlindo disse que ficava uma grande dúvida aberta, quanto a regularidade do Projeto e que, se tinha que ter muito cuidado com o que se aprovava, porque a responsabilidade sobre os Projetos aprovados ficava com a Câmara. Projeto de Lei n.º 19/93, que autoriza a contratação

temporária de excepcional interesse público, e de outras providências. Foi nomeado relator do Projeto o vereador Agenor Eloir Schmidt, que se manifestou favorável ao Projeto, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Após votados os Projetos, deu-se início à votação dos Decretos Legislativos de nº 01/93, que fixa a remuneração dos vereadores para a Legislatura de 1993 a 1996 e de nº 02/93, que fixa a remuneração do Prefeito e do Vice-prefeito para a Legislatura de 1993 a 1996. Decreto Legislativo nº 01, o vereador: Mauro Moacir Diefenbach apresentou uma emenda incluindo um parágrafo quinto (5º), ao artigo segundo (2º) com a seguinte redação: As reuniões extraordinárias serão remuneradas cabendo a cada uma o equivalente à metade da remuneração mensal, e que somente serão pagas quando o vereador comparecer e participar das votações. Leu o Artigo vigésimo quarto (24º) da Lei orgânica do Município de Ivoti, que tem a seguinte redação: Deverá ser prevista remuneração para as reuniões Extraordinárias desde que observado o limite fixado no artigo anterior. Colocada em votação a emenda, foi a mesma aprovada por seis (6) votos a dois (2), estando em contrário os vereadores José Führ e Arlindo Vogel. O vereador Jose Führ era a favor do valor de Cr\$ 500.000,00 para as reuniões extraordinárias e Arlindo Vogel era de opinião que as reuniões extraordinárias não deveriam ser remuneradas. Os vereadores Renato José Schneider e Francisco Exner fizeram uma ressalva, de que se evitasse realização de Reuniões Extraordinárias. Após feitos esses comentários foi colocada em votação a proposta da mesa para remuneração dos vereadores, que era de Cr\$ 42.000.000,00, sendo a mesma aprovada por seis (6) votos a dois (2), estando contrários a essa proposta os vereadores José Führ e Arlindo Vogel. O vereador Mauro Moacir Diefenbach leu na Lei Orgânica o parágrafo 6º (sexto) do Artigo 22º (vigésimo segundo), o qual possui a seguinte redação: A verba de representação do Presidente da Câmara de Vereadores que integra a remuneração, não poder exceder a 2/3 (dois terços) da que for fixada para o Prefeito Municipal. O Presidente disse que ele não queria nada. O vereador Mauro disse que a questão teria que ser vista ainda. Decreto Legislativo nº 02/93, a Mesa Diretora apresentou a proposta de Cr\$ 17.000.000,00 para remuneração do Prefeito e Cr\$ 8.500.000,00 para remuneração do Vice-Prefeito, sendo colocada em votação foi a mesma aprovada por seis votos a dois. Se manifestando contrários os vereadores José Führ e Arlindo Vogel. Pois o vereador José Führ estava a favor do Prefeito receber uma remuneração de Cr\$ 15.000.000,00 e o vereador Arlindo Vogel estava a favor do Prefeito receber uma remuneração de Cr\$ 10.000.000,00. O vereador Arlindo Vogel disse que os municípios vizinhos estavam apavorados com o valor da remuneração do Prefeito. Pois que em municípios com renda superior o Prefeito estava recebendo uma remuneração inferior a do Prefeito de nossa cidade. Citando alguns exemplos mencionou São José do Hortêncio onde o Prefeito iria receber Cr\$ 12.600.000,00 e Picada Café onde o Prefeito iria receber Cr\$ 13.000.000,00. O vereador Mauro M. Diefenbach perguntou se era Lei o Prefeito receber 13º (décimo terceiro) salário, pois que era a favor da remuneração de Cr\$ 17.000.000,00 para o Prefeito, mas que era contra o Prefeito receber décimo terceiro salário. O Presidente explicou que não era Lei e que eram os vereadores que decidiam se o Prefeito recebesse ou não o décimo terceiro salário. O vereador Francisco Exner disse que o Prefeito de São José do Hortêncio recebia Cr\$ 21.000.000,00 e não o valor anteriormente citado, e que tinha gente na Câmara fazendo demagogia. Foi apresentada ainda uma emenda pelo vereador Francisco Exner, alterando a parte final do Artigo primeiro (1º), com a seguinte redação: e a verba de representação de trinta por cento (30%) deste valor. Colocada em votação foi a mesma aprovada por seis votos a dois. Estando contrários a essa proposta os vereadores Arlindo Vogel e José Führ. Pois o vereador Arlindo estava a favor da verba de representação do Prefeito ser de vinte e cinco por cento (25%) e José Führ estava a favor da verba de representação ser de vinte por cento (20%) sobre o salário, A proposta de verba de representação do Vice-Prefeito, feita pela Mesma Diretora foi de quinze por cento (15%) sobre o salário. Colocada em votação foi, a mesma, aprovada por sete (7) votos a um (1), estando apenas em contrário o vereador Arlindo Vogel, que defendeu a porcentagem de dez por cento (10%). Não havendo mais nada para ser votado o Presidente declarou encerrada a Reunião marcando a próxima para após dez (10) minutos, em caráter ordinário. E, para constar, Cesar Alberto Karling Secretário da presente Reunião, elaborou a presente Ata a qual, após lida e aprovada será subscrita pelos Senhores Presidente e secretários da Mesa Diretora.